

PLANO DE ENSINO

IDENTIFICAÇÃO		
ANO LETIVO	SÉRIE	TURNO
2017	4ª Série	Matutino e Noturno
NOME DA DISCIPLINA		
Direito Civil IV		
CARGA HORÁRIA		
SEMANAL: 3 horas-aula		ANUAL: 100 horas-aula
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS)		
Prof. Me. Gilberto Carlos Maistro Junior		
EMENTA DA DISCIPLINA		
A disciplina de Direito Civil IV trata do Direito de Família e das Sucessões, com abordagem sob as perspectivas de legislação posta, codificada ou não, críticas doutrinárias e soluções jurisprudenciais. INTRODUÇÃO AO DIREITO DE FAMÍLIA. CASAMENTO (INCLUSIVE REGIME DE BENS). UNIÃO ESTÁVEL E OUTRAS ENTIDADES FAMILIARES. DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DO VÍNCULO CONJUGAL. DIVÓRCIO. PARENTESCO. FILIAÇÃO E PODER FAMILIAR. ASSISTÊNCIA FAMILIAR. ALIMENTOS, TUTELA, CURATELA, TOMADA DE DECISÃO APOIADA). DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE FAMÍLIA. INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS SUCESSÕES. SUCESSÃO EM GERAL (INCLUSIVE SUCESSORES E HERANÇA). SUCESSÃO: LEGÍTIMA E TESTAMENTÁRIA (INCLUSIVE DIREITO DE TESTAR, TESTAMENTO, LEGADOS, SUBSTITUIÇÕES E REDUÇÃO DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS). INVENTÁRIO E PARTILHA.		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
Objetivos Gerais – Capacitar o aluno para reconhecimento das estruturas fundamentais do Direito de Família e das Sucessões como categoria jurídica autônoma e sua respectiva consequência; proceder ao estudo dos temas de Direito de Família e das Sucessões, matéria contida principalmente no Código Civil, art. 1.511 a 2.027, além da legislação complementar, tudo a partir do que dispõe a Constituição Federal.		
Objetivos Específicos – Capacitar o aluno para as questões específicas do Direito de Família e das Sucessões, com a devida atualização quanto aos temas polêmicos pertinentes à matéria; despertar no aluno a atenção para as diversas questões encontradas no cotidiano e que podem resultar em conflitos no âmbito das relações de família e por ocasião da sucessão <i>causa mortis</i>; capacitar o aluno para encontrar, no sistema jurídico, as possíveis soluções para os ditos conflitos; estabelecer os obstáculos inerentes às questões alcançadas pelo preconceito social, demonstrar a posição dos Tribunais a respeito delas bem como traçar as tendências da doutrina e da jurisprudência no que se refere à legalização e ao reconhecimento de direitos no cerne das formações familiares modernas. Capacitar o aluno para o bom desempenho nos concursos e provas, no que toca às questões afetas ao Direito de Família e das Sucessões, bem como para a aplicação prática dos conteúdos estudados, acadêmica e profissionalmente.		
1º semestre	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	Nº AULAS
1	Introdução ao Direito de Família. Famílias. Modelos de famílias. Direito de Família ou Direito das Famílias? Conteúdo do Direito	2

	de Família. Princípios do Direito de Família. Natureza Jurídica do Direito de Família. Família e Casamento. Evolução Histórica do Direito de Família. O Direito de Família na Constituição de 1.988 e no Cód. Civil de 2.002.	
2	Do casamento. Generalidades. Definição. Natureza jurídica. Fins do casamento. Conflito entre a Igreja e o Estado em matéria de casamento.	2
3	Capacidade para o casamento. Casamento de menores de 16 anos. O suplemento de idade. Casamento dos menores de 18 anos. O suprimento do consentimento.	1
4	Dos impedimentos e das causas suspensivas. Distinção entre as duas situações. Consequências de sua desobediência. Relação dos impedimentos. Da oposição dos impedimentos. Relação das causas suspensivas. Oposição das causas suspensivas.	3
5	Do processo de habilitação para o casamento. Documentos exigidos. Do processo de habilitação. Da dispensa dos editais.	1
6	Da celebração do casamento. A cerimônia da celebração do casamento. Do registro do casamento. Do casamento por procuração. Do casamento religioso com efeitos civis. Do casamento diplomático. Do casamento de estrangeiros no Brasil. Do casamento de brasileiros no exterior. O registro do casamento. Do casamento <i>in extremis</i> . Em caso de moléstia grave. Do casamento nuncupativo.	2
7	Das provas do casamento. Da posse do estado de casado. Responsabilidade civil do noivo desistente.	1
8	Da invalidade do casamento. Do casamento inexistente. Distinção entre o casamento nulo e o anulável. Casos de casamento nulo. Casos de casamento anulável. Da anulação por erro essencial. Casos de erro. Da anulação por coação. Prazos de decadência. Do processo anulatório. Do casamento putativo. Conceito. Dos efeitos da putatividade.	3
9	Da eficácia do casamento. Da igualdade dos cônjuges no casamento. Da direção da sociedade conjugal. Do exercício do poder familiar. Do nome no casamento. Dos deveres conjugais. Das despesas da família. Do domicílio conjugal. Da chefia da família por um só dos cônjuges. O Exercício da Atividade Empresária pelos Cônjuges.	3
10	Da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Distinção entre sociedade conjugal e vínculo matrimonial. Inovação introduzida pela Emenda Constitucional n. 66/2.010. Breve esboço histórico. Interpretação histórica, racional, sistemática e teleológica da alteração constitucional. Desaparecimento da separação de direito. Extinção das causas subjetivas e objetivas da dissolução do casamento. Causas terminativas da sociedade e do vínculo conjugal. Nulidade ou anulação do casamento.	3
11	Divórcio – Introdução. Modalidade única de divórcio – Extinção do divórcio-conversão. Divórcio direto. Procedimentos do divórcio judicial e da separação de corpos. O Uso do nome do cônjuge após o divórcio.	2
12	Da proteção da pessoas dos filhos na separação judicial e no divórcio. A guarda unilateral. A guarda compartilhada. Proteção aos filhos na separação de fato. Do direito de visitas. Síndrome da alienação parental.	4

13	Das relações de parentesco. Definição de parentesco. Espécies de parentesco. Contagem de graus. A afinidade.	1
14	Da Filiação. Introdução. Da igualdade constitucional de direitos de todos os filhos. Das presunções da filiação havida no casamento. Dos casos de presunção do art. 1.597 do Código Civil. Da prova da filiação. Da ação de prova da filiação. Da ação negatória da paternidade e da maternidade.	3
15	Do reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento. Do reconhecimento voluntário. Da forma do reconhecimento voluntário. Do reconhecimento judicial ou ação de investigação da paternidade. Das características da ação e das provas da filiação. Efeitos do reconhecimento da filiação.	3
16	Da adoção. Conceito. Origem e evolução do instituto. Requisitos para a adoção. Quem pode e quem não pode adotar. Forma da adoção. Efeitos da adoção. A adoção internacional	2
17	Do poder familiar. Conceito. Titularidade do poder familiar. Do exercício do poder familiar. Da suspensão e extinção do poder familiar.	1
18	Do direito patrimonial entre os cônjuges. Do regime de bens. Disposições gerais. Do pacto antenupcial. Do regime legal. Do regime obrigatório da separação. Da alteração do regime de bens. Das doações antenupciais e das doações entre os cônjuges. Dos atos que os cônjuges podem livremente praticar. Dos atos que os cônjuges só podem praticar com autorização do outro. Do suprimento judicial do consentimento conjugal. Das consequências da prática de atos sem autorização.	3
19	Dos vários regimes de bens regulados pelo Código Civil. Da possibilidade da escolha de outro regime não regulado pela lei. Do regime da comunhão parcial. Dos bens incluídos na comunhão. Dos bens excluídos da comunhão. Da administração dos bens comuns e particulares. Das dívidas dos cônjuges. Do regime da comunhão universal. Dos bens excluídos da comunhão. Do regime da participação final nos aquestos. Conceito e características gerais. Do regime da separação de bens. Conceito e características gerais.	3
20	Do usufruto e da administração dos bens dos filhos menores. Dos atos que os pais não podem praticar livremente. Dos bens excluídos do usufruto e da administração dos pais.	1
21	Dos alimentos. Conceito e natureza jurídica. Quem deve pagar. Quem pode reclamar. Condições de exigibilidade. Objeto e montante da prestação alimentícia. Alimentos após a dissolução da sociedade conjugal e da união estável. Da renúncia e transmissibilidade dos alimentos. Do processo. Da revisão dos alimentos. Meios de execução da prestação não satisfeita. A lei nº 5.478, de 25/07/I.968. Dos alimentos provisionais. Dos alimentos gravídicos.	3
22	Da união estável e do concubinato. Conceito, evolução histórica e natureza jurídica. – Regulamentação da união estável antes do Atual Código. – A união estável no Código Civil de 2.002. Requisitos para a sua configuração. Pressupostos de ordem subjetiva. Pressupostos de ordem objetiva. Deveres dos companheiros. Direitos dos companheiros. Alimentos. Meação e regime de bens. Do bem de família. Sucessão hereditária. Contrato de convivência entre os companheiros. Conversão da	3

	união estável em casamento. Da dissolução da união estável. Ações concernentes à união estável. Da união estável e do concubinato.	
23	Da união homoafetiva	1
24	Da tutela. Conceito. Espécies de tutela. Dos incapazes de exercer a tutela. Da escusa dos tutores. Do exercício da tutela. Dos bens do tutelado. Da prestação de contas. Da cessação da tutela.	2
25	Da curatela. Conceito e natureza jurídica. Das pessoas sujeitas à curatela. Dos curadores. Da curatela do nascituro, do enfermo e do deficiente físico. Do exercício da curatela. Do processo de interdição. Levantamento da interdição.	1
26	Primeira prova semestral – dissertativa (elaboração de uma dissertação; solução de dois casos práticos)	3
SEQUÊNCIA 2º semestre	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	Nº AULAS
1	Direito das Sucessões: Conceito e fundamento do Direito das Sucessões. Conceito e definição. Origem e fundamento do direito sucessório. Conteúdo do direito das sucessões.	1
2	Da sucessão em geral. Disposições gerais. Abertura da sucessão. Momento da transmissão da herança. Espécies de sucessão: Legítima e testamentária. Sucessão a título universal e a título singular. Liberdade de testar. Lugar em que se abre a sucessão.	2
3	Da herança e sua administração. A herança como um todo unitário. A indivisibilidade da herança. A responsabilidade dos herdeiros. A cessão dos direitos hereditários. Abertura do inventário. Administração provisória da herança.	2
4	Da vocação hereditária. Regra geral sobre a legitimação para suceder. Exceção à regra geral. Legitimação para suceder por testamento. Casos de falta de legitimação. Interposição de pessoas.	2
5	Da aceitação e renúncia da herança. Aceitação da herança. Espécies de aceitação. Aceitação parcial, condicional ou a termo. Renúncia da herança. Forma da renúncia. Liberdade de renunciar. Restrições. Efeitos da renúncia. Irrevogabilidade da renúncia e da aceitação.	2
6	Da indignidade. Conceito. Causas da exclusão do indigno. Procedimento para a exclusão. Perdão do indigno. Efeitos da exclusão. Validade dos atos praticados pelo herdeiro aparente.	2
7	Da herança jacente. Conceito. Hipóteses de jacência. Da vacância da herança: conceito. Dos efeitos da sentença de vacância	1
8	Da petição da herança. Conceito. Casos. Da ação de petição da herança: legitimação. Efeitos da sentença. A boa-fé e a má-fé do possuidor. Bens em poder de terceiros. Herdeiro aparente: alienações eficazes. Prescrição da ação.	2
9	Da sucessão legítima. Da ordem da vocação hereditária. Da sucessão dos descendentes. O princípio da igualdade dos descendentes. Os descendentes e o cônjuge sobrevivente. Da sucessão dos ascendentes. Os ascendentes e o cônjuge sobrevivente. Da sucessão do cônjuge sobrevivente. Da sucessão	2

	do companheiro. Da sucessão dos colaterais. Da sucessão do Poder Público.	
10	Dos herdeiros necessários. Introdução. Cálculo da legítima e da porção disponível. Do clausulamento da legítima. Da sub-rogação do vínculo. Do herdeiro necessário beneficiado com parte disponível. A deserdação e o afastamento dos herdeiros não necessários.	2
11	Do direito de representação. Conceito. Campo da representação. Requisitos do direito de representação. Representação na linha reta descendente. Representação na linha colateral. Efeitos da representação. Representação de quem renuncia.	1
12	Da sucessão testamentária. Introdução. O testamento: conceito. Capacidade para fazer testamento. Impugnação da validade do testamento. Da captação da vontade como causa de anulação.	2
13	Formas de testamento. Introdução. Do testamento público. Da apresentação do testamento público. Do testamento cerrado. Da apresentação, abertura e cumprimento do testamento cerrado. Do testamento particular. Da publicação e do cumprimento do testamento particular. Dos codicilos. Dos testamentos especiais. Das testemunhas testamentárias.	3
14	Disposições testamentárias. Regras interpretativas. Regras proibitivas. Regras permissivas. Da cláusula de inalienabilidade.	2
15	Dos legados. Conceito. Das várias espécies de legados. Dos efeitos dos legados e do seu pagamento. Direito do legatário sobre a coisa legada. Do pagamento de vários tipos de legados. Da responsabilidade pelo pagamento do legado. Da entrega do legado. Descumprimento dos legados com encargo. Da caducidade dos legados. Casos de caducidade.	2
16	Do direito de acrescer. Conceito. Princípios tradicionais do direito de acrescer. O direito de acrescer entre herdeiros. O direito de acrescer entre legatários. Hipótese em que não há o direito de acrescer. Consequências do acréscimo. Destino da deixa quando não há o direito de acrescer.	1
17	Das substituições. Conceito e espécies. Da substituição vulgar. Da substituição fideicomissária. Conceito e características. A limitação do fideicomisso do art. 1.952 do Código Civil. A extinção do fideicomisso.	1
18	Da deserdação. Introdução. Distinção entre deserdação e indignidade. Condições de eficácia da deserdação. Casos de deserdação. Efeitos da deserdação.	2
19	Da redução das disposições testamentárias. Conceito. Redução nas doações feitas pelo finado. Maneira de operar-se a redução. Redução em legado de imóvel. Ação de redução.	2
20	Da revogação e do rompimento do testamento. Introdução Formas de revogação do testamento. Revogação por testamento ineficaz. Revogação do testamento revogatório. A revogação presumida do testamento cerrado. Do rompimento do testamento. Casos de rompimento.	2
21	Do testamenteiro. Conceito. Espécies de testamenteiro. O testamenteiro universal e o particular. Deveres do testamenteiro. A remuneração do testamenteiro: a vintena.	1

22	Do inventário. Definição. O processo de inventário. Do arrolamento. O inventário negativo.	4
23	Dos sonegados. Conceito. Quem está sujeito à pena de sonegados. Pena a ser imposta. Momento em que se caracteriza a sonegação. Da ação de sonegados.	1
24	Do pagamento das dívidas. Introdução. Responsabilidade do espólio e dos herdeiros. A habilitação e solução dos créditos. Separação de bens para eventual pagamento. Despesas funerárias. Do herdeiro devedor do espólio.	1
25	Da colação. Conceito. Fundamento da colação. Quem deve conferir. Dispensa de conferir. O que deve ser conferido. Colação em substância ou em estimação. Doação feita por ambos os cônjuges. Doação feita a um casal.	1
26	Da partilha. Conceito e espécies. Partilha judicial e amigável. Partilha por ato entre vivos. Regras sobre a partilha. Partilha de frutos. Da sobrepilha. Garantia dos quinhões hereditários. Anulação, rescisão e nulidade da partilha	2
27	Segunda prova semestral – múltipla escolha	3

PROCEDIMENTOS E APRENDIZAGEM

(Procedimentos e técnicas utilizados para o desenvolvimentos das aulas)

O curso será ministrado tendo o seu conteúdo dividido em aulas expositivas e debates, com o envolvimento direto dos alunos, desenvolvidos a partir de material previamente encaminhado a estes (textos doutrinários ou extraídos da literatura, conteúdos de jornais e revistas – notícias -, acórdãos, arquivos tipo Power Point, filmes ou outras formas de vídeos) **ou** indicados pelo professor e disponíveis na internet ou na FADI (biblioteca).

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

(Quantidade de instrumentos, tipos de avaliação, critérios de correção e aprovação)

1) (a) **prova**, com questões dissertativas no primeiro semestre e de múltipla escolha no segundo (valor na composição da nota: de zero a sete pontos); (b) **trabalho de pesquisa** (doutrina e jurisprudência) sobre tema a ser definido pelo Professor, em grupo, com aferição da capacidade crítica dos alunos (valor na composição da nota: de zero a um ponto); (c) **avaliação contínua**, observados os seguintes critérios: (c.1) **exercícios semanais** (questões de múltipla escolha): entrega dos exercícios respondidos nos respectivos prazos (valor na composição da nota: de zero a um ponto); e (c.3) **fichamentos ou resumos de textos ou capítulos de obras; dissertações sobre temas indicados pelo professor** - semanais ou quinzenais, conforme definido e comunicado pelo professor, durante o ano, em sala de aula: (valor na composição da nota: de zero a um ponto; (d) no primeiro semestre: exercício multidisciplinar desenvolvido conjuntamente em todas as disciplinas do quarto ano (de zero a um ponto “extra”, exceto no caso do aluno já ter obtido a nota dez – não cumulativo para o semestre seguinte); (e) **frequência, participação e pontualidade**: os alunos com frequência às aulas superior a 90% e com pontualidade (isto é, sem atraso (s) nem saída(s) antes do final do horário de aula) e com participação em sala terão o direito ao complemento da nota final em até meio ponto (no máximo, portanto), se necessário para a obtenção da nota mínima exigida para a aprovação. O benefício não é cumulável para os exames finais (nestes, não haverá qualquer acréscimo de pontuação extra ou mesmo arredondamento). Será, também, requisito para a obtenção deste meio ponto “extra”, ser avaliado pelo professor como “aluno participativo” em ao menos cinquenta por cento das aulas que frequentar ao longo do ano.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (3 títulos)

1. GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, v.6.
2. GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, v.7.

3. RODRIGUES, Sílvio. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, v.6.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (5 títulos)

1. PELUSO, Cezar (coord.). **Código Civil comentado**. Doutrina e jurisprudência. Barueri: Manole.
2. LÔBO, Paulo. **Direito Civil**. Famílias. São Paulo: Saraiva.
3. DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, v.6.
4. PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense, v.6.
5. FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil**. Salvador: Jus Podivm, v.6.

Sorocaba, 01 de fevereiro de 2017.

Gilberto Carlos Maistro Junior (Mestre)

Professor Titular